

Democracia, inovações sociais e institucionais: uma abordagem da participação na trajetória do Centro de Referência das Juventudes em Belo Horizonte

Autoria

Laura Bastos Pimenta Neves - laurabastospi@gmail.com

Mestr em Admin Pública / FJP - Fundação João Pinheiro

Flavia de Paula Duque Brasil - flavia.brasil@fjp.mg.gov.br

Mestr em Admin Pública / FJP - Fundação João Pinheiro

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da CAPES e FAPEMIG

Resumo

O artigo focaliza o Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de Belo Horizonte, que constitui um equipamento municipal instalado em 2017, em sua trajetória, desde as demandas iniciais das juventudes por sua criação, na década anterior, à sua ocupação pelos jovens em 2016 e o seu funcionamento posterior. Tem-se por objetivo abordar as diversas formas de participação social que se traduzem por inovações sociais das juventudes que se mobilizam se organizam, tematizam questões e se expressam, irrigando inovações institucionais, dentre as quais a criação de um Comitê Gestor que se configura como instituição participativa. O trabalho se apoia em desenvolvimentos teóricos no campo da teoria democrática contemporânea, trazendo aportes dos campos da democracia participativa, deliberativa e do pragmatismo. A metodologia envolveu levantamentos documentais, observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas. O desenvolvimento do trabalho aponta para diversas práticas, repertórios de ação coletiva das juventudes (ocupações, protestos, performatividades, participação em instituições participativas), para processos de inovação institucional por elas impulsionados, desde a própria criação do CRJ e seu Comitê Gestor, às próprias diretrizes, linhas de atuação e experimentalismos no âmbito da participação.

Democracia, inovações sociais e institucionais: uma abordagem da participação na trajetória do Centro de Referência das Juventudes em Belo Horizonte

Resumo

O artigo focaliza o Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de Belo Horizonte, que constitui um equipamento municipal instalado em 2017, em sua trajetória, desde as demandas iniciais das juventudes por sua criação, na década anterior, à sua ocupação pelos jovens em 2016 e o seu funcionamento posterior. Tem-se por objetivo abordar as diversas formas de participação social que se traduzem por inovações sociais das juventudes que se mobilizam se organizam, tematizam questões e se expressam, irrigando inovações institucionais, dentre as quais a criação de um Comitê Gestor que se configura como instituição participativa. O trabalho se apoia em desenvolvimentos teóricos no campo da teoria democrática contemporânea, trazendo aportes dos campos da democracia participativa, deliberativa e do pragmatismo. A metodologia envolveu levantamentos documentais, observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas. O desenvolvimento do trabalho aponta para diversas práticas, repertórios de ação coletiva das juventudes (ocupações, protestos, performatividades, participação em instituições participativas), para processos de inovação institucional por elas impulsionados, desde a própria criação do CRJ e seu Comitê Gestor, às próprias diretrizes, linhas de atuação e experimentalismos no âmbito da participação.

1. Introdução

A partir da segunda metade do século XX ganham relevo os debates em torno da qualidade da democracia, como indicam Santos e Avritzer (2002), engendrando as concepções participativa e deliberativa que apontam para possibilidades de construção de democracias de alta intensidade. Contudo, na paisagem do século XXI, como discute Avritzer (2021), sob diferentes perspectivas teóricas ganham relevo abordagens da crise da democracia em suas múltiplas dimensões, assumindo feições distintas a partir das trajetórias democráticas prévias nos diferentes contextos. No caso de países da América Latina, incluso o Brasil, o autor aponta para processos de desdemocratização.

Recuperando brevemente a trajetória brasileira das últimas décadas, o percurso de redemocratização colocou em cena novos (e nem tão novos) atores coletivos que se (re)organizaram e articularam tendo em vista incidir no texto constitucional, logrando avanços na Constituição Federal de 1988 (CF-88) e, adiante, nos marcos legais das políticas sociais, balizados por premissas de descentralização, democratização e ampliação dos direitos sociais. Nesse contexto, Dagnino (2002) destaca o trânsito de projetos democratizantes da sociedade civil para o âmbito institucional.

Nos anos 1990, sobretudo na esfera municipal, constitui-se uma infraestrutura participativa ampla e plural, com destaque para os conselhos e o orçamento participativo (OP) - considerado como uma inovação democrática associada ao ativismo da sociedade civil. Nesse ambiente, Belo Horizonte marca-se a partir de 1993 pela orientação participacionista do governo¹, com criação de instituições participativas tais como

¹A Frente BH–Popular encabeçada pelo Prefeito Ananias assume o governo em 1993 e as coalizões progressistas se mantêm nos governos seguintes, implicando relativa continuidade.

conselhos, OP e conferências municipais em áreas temáticas ainda não previstas no âmbito nacional. Em que pesem diferenças dos governos seguintes, essa tendência se mantém até 2008.

Nos anos 2000, o tecido de participação institucionalizada se estende a partir de 2003 no âmbito federal, rebatendo-se nas outras esferas de governo, em especial por meio de novas conferências nacionais.

Contudo, mediante diversos processos, impasses da democracia desenham-se na década seguinte e evidenciam-se nas jornadas de junho de 2013, que sinalizam linhas de ruptura com o padrão de participação institucionalizada consolidado no país (AVRITZER, 2016). Essas fissuras tornam-se evidentes na derrubada pelo Congresso do Decreto 8.234 /2014 que instituía o Sistema Nacional de Participação Social e em meio a uma crise aberta e multidimensional tem-se o *impeachment*. O governo iniciado em 2019 marca-se por retrocessos democráticos no campo da participação, a partir do Decreto 9.759/2019 que extingue instituições participativas colegiadas no âmbito federal – embora não sem resistências societárias (MAGALHÃES et al, 2021).

O cenário mais amplo de crise da democracia aponta para a necessidade de fortalecimento e ressignificação das democracias, como posto por Andion e Magalhães (2021). Para tanto, a partir de Cohen e Fung (2006) pode-se considerar duas trilhas complementares de participação-deliberativa que se interconectam e têm lugar na esfera pública, bem como nos espaços institucionalizados de participação. Mais além, Santos e Avritzer (2002) entendem a democracia como uma gramática histórica de organização da sociedade e das relações entre Estado e sociedade. Os autores remetem às possibilidades de ampliação e redefinição dessas gramáticas - em seus contextos -, a partir das práticas e experimentalismos democráticos, especialmente no campo da participação.

Nessa direção, pode-se considerar a possibilidade de institucionalidades lastreadas por processos de inovação social a partir da sociedade civil² ou, nos termos de Elstub e Escobar (2019), de inovações democráticas que têm como núcleo reimaginar e aprofundar o papel da sociedade civil em processos decisórios e de governança.

Partindo desses aportes introdutórios, o artigo acompanha a trajetória do Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de Belo Horizonte, que se mistura às lutas das juventudes na cidade, desde as demandas iniciais por sua criação nos anos 2006, à ocupação do espaço pelos jovens em 2016 e sua instalação em 2017. O CRJ é um equipamento municipal construído a partir da parceria da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) com a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude. Em seu *site* o CRJ é apresentado como “uma experiência única no estado, tendo como foco olhar para todas e todos jovens e promover um equipamento qualificado para atendimento das demandas das juventudes, possibilitando ações, atividades e projetos afirmativos e de cidadania”. O *site* afirma que o equipamento é fruto de uma demanda das juventudes, tendo como princípio norteador ser um espaço de participação, de diálogo e de trocas experiências entre indivíduos, instituições, grupos e coletivos que atuam em prol das juventudes. (PBH, 2022)

O trabalho tem por objetivo abordar as diversas formas de participação social que se traduzem por inovações sociais das juventudes que se mobilizam, se expressam e se organizam, irrigando inovações institucionais, dentre as quais a criação de um Comitê Gestor (CGCRJ) e as diretrizes, linhas programáticas e atividades no âmbito do CRJ.

No que toca a abordagem das inovações sociais, Andion et al. (2017, p.370) observam que o tema é relativamente pouco explorado no campo da administração pública, no qual é tratado predominantemente em uma perspectiva economicista e

² Considera-se no presente artigo o conceito de sociedade civil de Cohen e Arato (1992) como esfera distinta do Estado e do mercado.

gerencialista. Em relação a essa literatura, as autoras observam ainda poucos esforços dialógicos com a sociologia e a ciência política³.

Além da introdução e considerações finais, o trabalho se desenvolve em três seções que se seguem: a segunda seção traz de forma breve fundamentos e aportes teóricos no campo da teoria democrática para a abordagem pretendida; a terceira expõe os materiais e recursos metodológicos empregados e a quarta desenvolve a análise, apresentando resultados da pesquisa.

2. Democracia e participação social: liames entre inovações sociais e institucionais

O argumento analítico do trabalho evoca as possíveis conexões entre inovação social e inovações institucionais na abordagem da trajetória do CRJ em Belo Horizonte. As conexões entre inovações sociais e institucionais podem ser consideradas a partir das correntes da teoria democrática contemporânea que - sem o descarte dos mecanismos da democracia representativa - em seus desenvolvimentos teóricos alargam os contornos da democracia e preveem formas de participação ampliada, para além dos limites do modelo hegemônico elitista. Destaca-se, assim, um entendimento da democracia mais abrangente do que as suas institucionalidades, tendo lugar em espaços diversos. Em virtude dos limites do trabalho, não se efetuará uma revisão dessas correntes, buscando-se tão somente apontar, a partir de seus autores seminais, suas principais chaves teóricas e analíticas tendo em vista a perspectiva das inovações sociais e institucionais.

A concepção de democracia participativa construída a partir da década de 1970 tem em Carole Pateman (1992, 2012) contribuições basilares que apontam para a participação nas tomadas de decisão, ao lado da dimensão das aprendizagens de cidadania e democracia. A partir desses aportes, Held (1987) aponta como características dessa vertente a participação social na regulamentação de instituições e a manutenção de um sistema institucional aberto para propiciar a experimentação.

Na década seguinte, a corrente da democracia deliberativa se estabelece, podendo ser considerada, como posto por Hauptmann (2002) como continuidade da linha participativa, inscrita em um mesmo campo pautado por premissas e compromissos de aprofundamento democrático, a despeito das suas diferentes ênfases, respectivamente nas dimensões decisórias e comunicacionais. A noção de participação-deliberativa de Cohen e Fung (2006) busca amalgamar esses registros.

Tem-se em Habermas (1992) os pilares normativos iniciais do campo deliberativo, que se expande significativamente e se pluraliza nas décadas seguintes, na chamada “virada deliberativa”. Tendo como princípio a soberania popular, a deliberação constitui um núcleo em seus desenvolvimentos teóricos remetendo à dimensão comunicativa, argumentativa e dialógica, visando a alcançar acordos (provisórios). Outro elemento central consiste na participação da sociedade civil em espaços públicos e/ou esfera pública, tematizando questões problemáticas, com a possibilidade de influenciar os processos decisórios nas instituições político-administrativas a partir desse fluxo comunicacional democrático.

A partir do caminho pavimentado por Jürgen Habermas, diversos autores deliberacionistas expandem esse terreno com suas reformulações teóricas. Nesse sentido, Hendrix (2005) reporta duas perspectivas na tradição deliberativa, situando os teóricos

³ Andion et al (2017, p.376) demarcam duas linhas principais de abordagem das inovações sociais na literatura internacional. A primeira, neoschumpeteriana, de caráter instrumental, considera as inovações como “nova ideia ou combinação que responde a necessidades sociais. “Sobretudo inscrita no contexto teórico europeu, a segunda, em uma perspectiva “institucional”, considera as inovações como “vetores para promoção de novas formas de desenvolvimento”. O artigo situa-se nessa segunda perspectiva.

como macrodeliberacionistas ou microdeliberativos; os primeiros, na linha habermasiana, privilegiam a deliberação informal na esfera pública, vislumbrando um papel para a sociedade civil exclusivamente fora do Estado. Já os teóricos microdeliberativos orientam-se para processos de tomadas de decisões, considerando a possibilidade de inclusão política no Estado por meio de canais institucionalizados de deliberação. A autora defende a compatibilidade e complementaridade das duas posições em um modelo de deliberação integrada, convergente com a concepção de sistema deliberativo, que prevê a articulação dos diversos espaços de deliberação.

Uma terceira tradição pertinente à presente abordagem refere-se às contribuições do pragmatismo para a teoria democrática e para linha deliberativa, discutidas e encampadas por diversos autores (FUNG, WRIGHT, 2001; DRYZEK, 2004; FUNG, 2007, 2012; BOHMAN, 2004, MENDONÇA, 2016). A partir do lastro de John Dewey (1927), também se entende a democracia de forma mais abrangente do que suas institucionalidades. Mendonça (2016) discorre sobre a influência do pragmatismo na obra habermasiana e identifica pontos comuns entre as duas tradições, como a concepção mais ampla da política; a ênfase nas interações comunicacionais; as conexões entre discurso e razão e a abordagem ancorada na formação de públicos descentralizados.

Andion e Magalhaes (2021) dialogam com contribuições dos pragmatismos de John Dewey e de autores contemporâneos inscritos nesse campo. Diante de um contexto de democracias em crise, apontam para a relevância de abordagens que contemplem a redefinição do Estado democrático e os estilos de governança em linha cooperativa e experimentalista.

Os autores destacam os processos centrados na investigação pública e na experimentação dos problemas públicos como lastros para o Estado democrático, seu fortalecimento e transformação. Enquanto a experimentação democrática é definida como “um processo de resolução de problemas que alia inquirição (...) com abordagens inclusivas e democráticas”, a investigação pública remete à experiência de situações problemáticas vivenciadas, desdobrando-se em indagações, discussões, experimentações, bem como em formas associativas e de organização societária, ensejando novos públicos e a construção de novas agendas, reconhecidas e publicizadas (ANDION e MAGALHÃES, 2021, p.535). Mobilizando Cefaï (2012), os autores destacam que tais processos resituam a “coisa pública” ao inscrevê-la na vida cotidiana das pessoas. Ainda nessa linha, parafraseando Andion, (2020), os coletivos societários configuram-se como públicos a partir do enfrentamento dos problemas públicos, aprendizagens e ação.

Considerando a democracia como “um conjunto aberto de instituições, experiências e práticas que possuem por escopo a mediação entre Estado e sociedade civil”, Pogrebinschi afirma que quanto mais as instituições, experiências ou práticas aproximam Estado e sociedade, maior a capacidade de promoção da democracia (POGREBINSCHI, 2010, p 660). Mais além, a autora busca desenvolver um conceito de democracia pragmática, trazendo como elementos-chave do pragmatismo a reflexividade, o praticalismo e o experimentalismo, entendido como

a adoção de uma postura experimental que implica, em alguma medida, converter fatos em normas, práticas em instituições, dogmas em riscos e princípios em fins. O experimentalismo clama pelo empoderamento político dos cidadãos ordinários por meio da institucionalização progressiva de práticas democráticas conduzidas na, pela e através da sociedade civil. O experimentalismo é a invenção do novo, a transformação do velho, a substituição da normatividade pela facticidade. Situando-se em algum lugar entre os ideais de revolução e reforma, o experimentalismo permite conjugar a política no futuro do pretérito, e fazer da democracia simultaneamente experiência e experimentação (POGREBINSCHI, 2010, p.677)

A discussão efetuada desvela uma ampla paisagem democrática que, para além das instituições da democracia representativa, tem lugar em espaços públicos, colocando em cena e incluindo novos atores, experiências, saberes, práticas, experimentalismos democráticos.

Em trilhas paralelas próximas e com pontos de contato, as tradições participativa, deliberativa e pragmatista colocam em relevo os atores da sociedade civil em espaços públicos e/ ou formando públicos, iluminam processos de inovação social, seja nos processos de mobilização e organização coletiva, seja na tematização de questões problemáticas ou de processos investigação pública; seja por meio de experimentações e experimentalismos democráticos. Nesses campos, é possível vislumbrar possibilidades de articulação entre processos de inovação social e institucional, pautados por experimentalismos em busca de reimaginar, engendrar e abrigar - desde o chão das práticas - novas institucionalidades democráticas.

3. Notas metodológicas

De caráter qualitativo, o presente estudo de caso se caracteriza pela sua forma descritiva, a partir do argumento analítico que destaca a inovação social como um fator impulsionador da inovação institucional na trajetória do CRJ e de seu CGCRJ, desde sua criação. A instituição em foco possui poucos registros acadêmicos e apresenta características singulares em função do seu público e da construção uma perspectiva de governança cooperativa e experimentalista.

O desenho da pesquisa articulou diversos métodos, incluindo desde o levantamento documental no âmbito da PBH e do CRJ até a captação de percepções tanto objetivas quanto subjetivas relacionadas à participação social, por meio de observação participante e de entrevistas semiestruturadas, configurando uma triangulação metodológica.

O levantamento documental foi realizado por meio da internet e por solicitação direta aos membros do CGCRJ. Os documentos foram sistematizados nas categorias: i) publicações oficiais no Diário Oficial do Município; ii) atas das reuniões do CG; iii) documentos finalísticos dos dois seminários que desenharam, em 2017, e revisaram, em 2021, o projeto de intervenção para o CRJ, e; iv) documentos de planejamento e prestação de contas da gestão. Complementarmente, foram mapeadas matérias de jornais; documentações e matérias nos sítios eletrônicos da PBH, da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) e de entidades e movimentos juvenis.

A observação participante, que constitui um recurso proveniente da etnografia, foi efetuada pela primeira autora do artigo no âmbito do CGCRJ pelo período entre maio e outubro de 2021. Por meio da observação participante, foi possível acompanhar de perto o CGCRJ, seus processos de discussão e encaminhamentos, permitindo maior qualificação dos processos e experiências dos participantes, bem como das próprias vivências de suas lutas. A observação participante possibilitou uma inserção de forma mais densa nas práticas e representações vivenciadas pelos integrantes durante as reuniões *online* do CGCRJ.

Vale ainda mencionar a inserção da referida pesquisadora no campo da política pública de juventudes, bem como na área cultural, tendo atuado como gestora de projetos, programas e políticas no âmbito estadual e municipal, incluindo o CRJ. Se, por um lado, a inserção facilita o acesso às informações, aos atores da sociedade civil e do poder público, acrescentando dados e perspectivas à vivência dos acontecimentos, por outro, ao lado dessas aproximações, requer-se também um movimento de distanciamento para realizar a análise.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros do CGCRJ, instituição participativa com composição paritária entre poder público e sociedade civil cuja composição soma um total de dez representantes. Os entrevistados selecionados estão atualmente, ou foram, membros titulares do CGCRJ, podendo ser representantes do governo e/ou da sociedade civil no âmbito do primeiro (2017-2019) e do segundo mandato (2019-2021) do CGCRJ. Ao todo, foram dez entrevistados entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Entrevistados – Membros do CGCRJ

REPRESENTAÇÃO	GESTÃO 2017-2019	GESTÃO 2019-2021
Entrevistado A	Governo municipal	Governo municipal
Entrevistado B	Governo estadual	Sociedade civil
Entrevistado C	Governo municipal	Governo municipal
Entrevistado D	Sociedade civil	Governo municipal
Entrevistado E	Sociedade civil	Sociedade civil
Entrevistado F	Sociedade civil	Sociedade civil
Entrevistado G	Sociedade civil	-
Entrevistado H	Sociedade civil	-
Entrevistado I	-	Sociedade civil
Entrevistado J	-	Governo estadual

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas semiestruturadas, tiveram duração média de oitenta minutos, e foram realizadas por meio da plataforma *Google Meet* de videoconferência e presencialmente. Foram desenvolvidas a partir de um roteiro com temas previamente definidos com o objetivo de registrar relatos aprofundados sob a perspectiva dos membros do Comitê Gestor que acompanharam a trajetória de constituição do CRJ.

Por fim, as informações colhidas nas diversas etapas passaram pelo processo de análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2011, p. 15), se refere a “um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. No processo de análise do conteúdo, foram criadas estratégias de apropriação do conteúdo como, por exemplo, codificação, marcação de trechos de falas transcritas, mas, principalmente, fez-se o retorno recorrente ao material coletado. Os elementos de observação foram utilizados para organizar informações, na linha de Bardin (1977), tendo a atenção crítica e o detalhamento dos critérios como fontes de orientação das escolhas, fatores fundamentais para a construção do *corpus* da pesquisa.

4. Participação e inovação social: trajetória do CRJ e inovações institucionais

No centro de Belo Horizonte, o terreno entre o viaduto da Floresta e a Praça da Estação, cercado de simbolismos, abrigou, desde a década de 1990, projetos importantes para crianças e adolescentes, como o Circo de Todo Mundo e o Programa Miguilim⁴.

Desde 2014, o local em que antes se avistava uma singela lona de circo entre os arranha-céus do centro da cidade, abriga o amplo edifício do CRJ de Belo Horizonte. O edifício possui fácil acesso a pé, metrô ou ônibus e seus 5.800m² de área construída oferecem infraestrutura de estúdios para gravação e edição de áudio e vídeo, auditório com 240 assentos na plateia, estrutura de camarins, biblioteca com acesso à *internet*, teatro de arena com arquibancada fixa, iluminação, sonorização, espaços de exposição, salas multiuso, sala de conselhos, cozinha experimental, entre outros.

O CRJ tem por missão constituir “um espaço e política pública de referência para as juventudes de BH quanto à promoção e defesa de seus direitos, com foco interseccional nas vulnerabilidades que acometem as juventudes” (PBH, 2022) e estrutura-se em quatro áreas programáticas: “Gestão da Correria” (Mundo do Trabalho); “Arte e Cultura”; “Imagina” (Direitos Humanos e Diversidade) e, por fim, “Ágora CRJ” (Gestão e Participação Social). As regras de uso e ocupação do espaço divulgadas na plataforma *online* determinam que “todos os espaços do CRJ podem ser ocupados por atividades desenvolvidas por ou para jovens, mediante agendamento.” Indica-se o objetivo de “fomentar a ocupação física e simbólica do CRJ com vistas a garantir a livre expressão das diferentes performances juvenis”, tendo em vista “garantir que o CRJ seja, de fato, apropriado pelas juventudes permitindo sociabilidades e a fruição de expressividades” (PBH, 2022).

A trajetória do CRJ desde sua criação, para além de seu desenho institucional que envolve uma instituição participativa – o CGCRJ – vem imprimindo uma perspectiva de governança colaborativa e experimentalista; seu escopo de atuação e as práticas ali abrigadas podem ser consideradas como inovações institucionais. Tais inovações são lastreadas e irrigadas por processos de inovações sociais no âmbito das juventudes, de suas formas de mobilização e organização, e têm em vista premissas de inclusão e de democratização.

4.1 Participação social, disputas e origem do CRJ e do CGCRJ

Belo Horizonte é pioneira ao tratar no âmbito governamental de um recorte etário no que se refere à participação social nas políticas públicas, conforme relato de um entrevistado, que aponta para a demanda societária (da juventude do PT, de professores da UFMG, de ativistas e movimentos de juventude, de profissionais atuantes nesse campo) de constituição do Conselho Municipal da Juventude (COMJUVE), encaminhada pelo então vereador do PT - Arnaldo Godoy -, atuante na área da cultura. Portanto, tem-se como marco histórico a criação do COMJUVE pela Lei 7.551 de 1998, como uma iniciativa precursora no país. Conforme um entrevistado, o COMJUVE se manteve ativo com alguns hiatos entre uma ou outra gestão, principalmente nas ocasiões de troca de Prefeito. Sua instalação e funcionamento efetivos ocorrem adiante em 2006, vinculados

⁴O Circo de Todo Mundo foi idealizado por um grupo de pessoas ligadas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. A iniciativa nasce em 1991, em Belo Horizonte, e empreende um esforço de abordagem social e abertura de um canal de diálogo com o público de sete a dezoito anos moradores ou com trajetória de rua. Criado há mais de 20 anos, o programa Miguilim também se volta para crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência e teve sua sede transferida.

à realização da I Conferência Municipal de Juventude, iniciativa precursora que precede à Conferência Nacional de 2007/2008⁵.

No início da década de 2000, o tema das políticas públicas de juventude ganha maior evidência e a cidade é *locus* de iniciativas importantes como o Observatório da Juventude da UFMG e, posteriormente, o Fórum das Juventudes da Grande BH⁶.

Performatividades juvenis também se conectam à origem da reivindicação por um CRJ, como o evento “Hip Hop Chama” realizado em 2000, na Escola Sindical Oito de Setembro. O evento se destaca para um grupo de pesquisadores da UFMG que decide investir em um processo de escuta de jovens periféricos envolvidos com produção cultural, movidos pela percepção de que o Movimento Hip Hop se sobressai como um meio potente de atuação dos jovens de periferia (DAYRELL, 2016). A proposta de construção de um Centro de Referência é pouco a pouco gestada e se consolida ao transitar entre seminários e debates organizados pela sociedade civil, até se tornar uma demanda oficial das juventudes.

São várias as iniciativas que se articulam simultaneamente, organizadas pela sociedade civil, mas também pelo poder público: em 2003, é realizado o 1º Seminário de Políticas Públicas da Juventude, articulado pela rede D.vEr-CidaDe CuLturaL e a ONG Contato; em 2006, é realizada a já mencionada I Conferência Municipal de Juventude que ativa o COMJUVE (DAYRELL, 2016). Estas iniciativas, dentre outras, possibilitam a tematização de questões relacionadas à juventude, impulsionam o debate público e resultam em ações concretas. Um membro do Comitê Gestor (CGCRJ), representante do poder público, fez a conexão entre o surgimento de arenas de debates sobre política pública de juventude no período e a demanda pelo CRJ:

[A proposta de um CRJ] surgiu na nossa demanda de curso [de Agentes Culturais]. [...] Surgiu essa discussão [...] e falamos: nós precisamos realizar a Conferência. Belo Horizonte tem essa característica de ser a frente nessas questões de participação popular. [...] A gente foi, demandou, e correu atrás pra realizar a Conferência.

A década seguinte é marcada pela efervescência movimentalista na cidade com destaque para a mobilização das juventudes, fase anterior às manifestações multitudinárias de 2013. Trata-se de um contexto de governo local pouco dialógico, voltado para a gestão de viés empresarial do Prefeito Márcio Lacerda no período 2009-2016, fazendo com que a sociedade civil se mobilize, com novos atores e repertórios de ação coletiva⁷.

⁵ O COMJUVE chegou a realizar até a VI Conferência Municipal em 2018.

⁶ Em Carta Aberta redigida pelo Fórum das Juventudes da Grande BH e lida na audiência pública na Câmara Municipal de BH, em 19 de outubro de 2011, assinam 19 movimentos e entidades, a saber: Associação Imagem Comunitária – AIC, Brigadas Populares, Centro Juvenil Salesiano – Belo Horizonte, Codinome Favela, Conexão Periférica, D.vEr-CidaDe Cultural, Democracia Ativa, Favela é Isso Aí!, Grupo Cultural NUC, Juventude da CUT-MG, Juventude Kolping, Juventudes Urbanas, Observatório da Juventude da UFMG, Oficina de Imagens, Análise de Jesus da Silva – Professora Doutora em Educação – UFMG – Juventudes Presentes na EJA, Fórum Municipal de Educação de Jovens e Adultos, Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, Núcleo de Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos/FAE/UFMG, Agenda Territorial Mineira de Desenvolvimento da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

⁷ O conceito de repertório de ação coletiva de Charles Tilly é inicialmente formulado pelo autor como formas de ação, sendo objeto de reconstruções. No contexto brasileiro recente, na literatura sobre movimentos sociais esse conceito tem revisitado e ressignificado como em Tatagiba et al. (2012).

Figura 1 – Praia da Estação, 2011



Fonte: Blog Praça Livre BH da Praia da Estação

A área na qual viria a ser o CRJ é adjacente à Praça da Estação, espaço público que historicamente abriga inúmeras manifestações políticas e culturais da cidade. Dentre elas, destaca-se a “Praia da Estação”, que surge em 2010 a partir da proibição do Prefeito de realização de manifestações na Praça. A ação, então, passa a acontecer no local nos fins de semana ensolarados, com “adereços” de praia e até caminhão-pipa. De forma inusitada, a primeira praia mobilizou cerca de 500 participantes, entrecruzando arte, “praia” e festa, com ocupações, carnavalizações e perform(ações), como posto por Oliveira (2012), “delineando a natureza estética e simbólica daquele protesto”. Outras mobilizações e ações coletivas aconteciam na cidade, também com um caráter lúdico e de ativismo, envolvendo performatividades de jovens, como as diversas ocupações sob o Viaduto Santa Tereza, também localizado na área central.

Nesse contexto inscreve-se a trajetória de lutas e de conquistas das juventudes pelo CRJ, que teve seu ápice com a ocupação do espaço em 2016 por jovens. Por esta razão, desde sua abertura para a cidade, em 2017, o CRJ representa para os jovens um símbolo de luta e resistência em função das disputas ocorridas entre 2006 e 2017.

Como mencionado, o CRJ foi uma demanda das juventudes aprovada durante a realização da I Conferência Municipal de Juventude em 2006. O pedido aprovado é por um espaço aberto à participação, ao diálogo e à troca de experiências na perspectiva da garantia de direitos e construção de um debate contínuo sobre política de juventude. Nessa perspectiva, caberia ao CRJ garantir a participação das diversas vozes dos jovens, a ocupação democrática do espaço, o diálogo ativo por meio de reuniões, seminários e assembleias fomentadas pelo Comitê Gestor que seria criado mais adiante como instância de gestão compartilhada do espaço.

Entre a pauta por um CRJ, a construção do prédio e a abertura do equipamento ao público passa-se mais de uma década, período marcado pelos jovens que, incansavelmente, reivindicaram o direito à participação na formulação do projeto por eles

demandado. Em 2011, na ocasião do anúncio de intenção de construção do CRJ e apresentação do projeto do novo prédio pelo então Prefeito Márcio Lacerda, os representantes dos movimentos juvenis questionam e solicitam participarem da elaboração de um projeto conceitual para o CRJ. Em 2012, inicia-se a construção e, em 2013, o Governo do Estado e a PBH apresentam um projeto de intervenção elaborado sob encomenda pelo Centro de Estudos Avançados do Recife (CESAR). A proposta é recusada pelos jovens, por não terem sido chamados para a construção da ideia.

Em 2014, com a obra em fase de finalização, o CRJ é inaugurado em cerimônia restrita às autoridades governamentais e o espaço permanece fechado por todo o ano de 2015. No mesmo ano, a partir de reivindicações das juventudes, é realizada uma audiência pública na CMBH com mediação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), acionado por ativistas. Pactua-se a formação de uma comissão com representantes do governo estadual, Prefeitura e sociedade civil com o objetivo de realização de um seminário para discussão da política de juventude a ser implementada no espaço. Em abril de 2016, o governo municipal apresenta uma proposta elaborada de forma unilateral que prevê a distribuição dos espaços do CRJ entre iniciativas governamentais e projetos de cunho juvenil provenientes da sociedade civil. A proposta, desta vez, é interpretada pelos jovens ativistas como uma terceirização da política de juventude, sendo rechaçada conforme relato de um entrevistado representante do poder público:

Em 2016, o CRJ estava no Gabinete do Prefeito, a gestão era da Secretaria de Governo [...] que está sob as asas da política, dos interesses. [...] Eles não aceitaram aquela proposta feita pelo CESAR, que tinha uma orçamentação inicial de seis milhões. Não aceitaram nada daquilo e começaram com aquele pensamento de que política de juventude não é necessária porque você tem ações voltadas para as juventudes em todas as pastas. Então, é política de juventude o alistamento militar, [...] o curso de Excel da Prodabel, [...] a Biblioteca Infante Juvenil... Então, ela [a gestora] fez o mapeamento dos projetos existentes, conversou com cada um e ofereceu um CEP [...] um imóvel na Praça da Estação com uma estrutura maravilhosa [...]. Tinha sociedade civil organizada escolhida sem nenhum processo de transparência ou critério [...]. Eles apresentam esse projeto para o COMJUVE e naquela mesma noite os jovens decidem ocupar.

Em maio de 2016, ativistas e movimentos juvenis ocupam o prédio do CRJ, conforme relato de um entrevistado, membro do CGCRJ, hoje, representante governamental, que liderou o ato:

Peço uma reunião extraordinária, [...] [e] a Assembleia aceita. [...] A pauta é o repasse sobre o Centro de Referência. Na época era Márcia Alves a responsável, [...] aí quando eles falam, não vai ser assim, não tem como fazer, que [o encaminhamento] era [...] o loteamento. [...] [ou seja], vários outros setores entrarem sem a gente saber, os meninos já estavam preparados, e o combinado era, se eles falarem não de novo com a gente, sem possibilidade de diálogo, nós vamos ficar. E foi exatamente isso. Quem dá a voz da ocupação é o Filipe Saboia [...] e ninguém mais saiu. Eles desacreditaram, nós falamos isso é sério. Aí começa a ocupação.

Figura 2 – Okupa CRJ, 2016



Fonte: Facebook OkupaCRJ

Em seguida, o MPMG é chamado a intervir, avalizando a pertinência dos questionamentos trazidos pela ocupação e instaurando um inquérito civil público sobre a apuração de responsabilidades e promoção das medidas judiciais e extrajudiciais necessárias ao funcionamento do CRJ relata um membro do CG representante estatal:

Começa a ocupação, [...] o Ministério Público entra. A juventude está muito articulada, muito forte. [...] Acabam articulando para que a gestão [do CRJ] passe para a Fundação Municipal de Cultura porque perceberam que o diálogo flui [...] melhor, a capacidade de entender aquele espaço é melhor. [...] Com a ocupação, [a Secretaria de Governo] desistiu do projeto deles. Isso [a transferência do CRJ para a FMC] nunca foi publicada, eles [a Cultura] que fazem a pactuação com o Ministério Público [...].

Ainda em 2016, o representante do MPMG continua promovendo o diálogo entre representantes do governo e da ocupação. As partes assinam um termo de pactuação, no qual a abertura imediata do espaço para o público fica sob a responsabilidade da PBH, além da implantação de um comitê de gestão compartilhada, de composição paritária entre poder público e a sociedade civil, da realização de um seminário para a construção e alinhamento das diretrizes norteadoras e de um plano de ação para o CRJ, entre outras medidas.

Ou seja, a proposta de um comitê de gestão compartilhada, com participação de representantes dos jovens, decorre da ocupação do CRJ pelos movimentos da juventude. Em relação ao seu desenho institucional, a composição do CGCRJ encampa um total de dez representantes, sendo três representantes do Executivo Municipal, dois do Executivo Estadual e cinco da sociedade civil, desses, três entidades ligadas às juventudes, um do COMJUVE, um representante do Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE).

Com suporte do MPMG, o diálogo entre a sociedade civil e o poder público acontece. As novas demandas são de ordem prática, como o processo de eleição do

CGCRJ a definição das diretrizes para o funcionamento e uso do espaço, a realização do seminário de discussão do projeto de intervenção do CRJ.

As eleições municipais de 2016 são realizadas e Alexandre Kalil (Partido Humanista da Solidariedade - PHS) é eleito novo prefeito. Um dia antes do resultado das eleições, o Edital para eleição das entidades interessadas em compor o CGCRJ é publicado no Diário Oficial do Município e em maio de 2017 foi instaurado o CGCRJ. Na perspectiva de cumprir o Termo de Pactuação, o Secretário Municipal de Cultura anuncia uma gestora com ampla experiência em políticas públicas de juventudes para o CGCRJ. As juventudes e a nova gestora constroem uma relação de confiança, enquanto se avalia qual o encaminhamento do CRJ na Prefeitura, visto que o Secretário de Cultura não permanece no cargo, conforme relata um entrevistado, representante municipal:

Quando ele [Secretário Municipal de Cultura] sai, a Cultura rompe com a gente [...]. Chamo Máira Colares [Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) para ir ao CRJ. [...] tivemos uma conversa super aberta, começamos um diálogo. [...] No Seminário [...] levei a proposta do CRJ na SMASAC e todo mundo gostou. Sai de lá com a proposta aprovada. [...] De certa forma, foi construção de tudo junto.

Dentre as mudanças realizadas no intuito viabilizar o CRJ, pelo menos duas foram estruturais: a transferência de Secretaria e a gestão compartilhada entre Secretarias. O CRJ é transferido da Secretaria de Governo para a Subsecretaria de Direitos e Cidadania (SUDC) da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). A alteração se justifica uma vez que tanto a Diretoria de Políticas da Juventude quanto as demais políticas relacionadas às temáticas identitárias, já estavam abrigadas sob o guarda-chuva da SUDC. Dois relatos de entrevistados, o primeiro de um representante do poder público e o segundo da sociedade civil, remetem a essas mudanças:

Em 2017, com Kalil entrando, tem uma proposição, [ele] reestrutura as políticas sociais, cria uma grande Secretaria [SMASAC], dentro dela a SUDC onde eles criam sete diretorias, muito voltadas às ações de cidadania e direitos humanos. Daí, essa Coordenadoria de Juventude [...] deixa de existir e passa a ser a Diretoria de Políticas para as Juventudes. [...] A gente tem que pensar o seguinte, antes você não tinha o CRJ como responsabilidade da Prefeitura, e aí [...], o CRJ é uma responsabilidade direta dessa diretoria. Para além dessa Diretoria, o Conselho de Juventude que antes não era dessa Diretoria [...] se estabelece nela e continua. Então tem essa nova instância que é o Comitê Gestor, a criação de mais um espaço de diálogo com a sociedade civil.

Não posso deixar de ressaltar que nós tivemos sorte de estar na Secretaria que estamos. Há um fator de sorte ter uma mulher de 35 anos, jovem, extremamente aberta, [...] de movimentos sociais [à frente da Secretaria da SMASAC].

A segunda mudança ocorre nos primeiros meses do novo governo, a gestão compartilhada do CRJ entre a SMASAC e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC)/ Fundação Municipal de Cultura (FMC) oficializada por meio de uma portaria conjunta, reafirmando a vocação artística-cultural do equipamento e da gestão por processos coletivos e compartilhados. Depois de anos sem diálogo efetivo, torna-se essencial o estabelecimento de um diálogo contínuo entre sociedade civil e poder público, conforme o relato da gestora do CRJ:

Os jovens nos primeiros anos tinham muita desconfiança da gestão, da gestão pública. [...] Então, eu também tinha que resguardar o próprio CRJ de nunca deixar que nada que tivesse sido feito ali, pudesse ser algo feito pela gestão sem consulta, sem diálogo,

porque se isso ocorresse a confiança seria quebrada. [...]quem fala que adolescente não escuta, não dialoga, não entendo. Todas as vezes que eu busquei diálogo com a juventude, independente da origem, foi sempre bem-sucedido. Eu acho a juventude com uma capacidade de diálogo incrível.

Na mesma linha, de acordo com a presidente do CGCRJ:

É aquele lugar que você não pensa gestão por meio das suas ideias, das suas estratégias, é um lugar que, na verdade, você tem que escutar, entender o que a cidade, as pessoas que estão envolvidas, principalmente os jovens que ocuparam e outras juventudes, querem para o espaço e como [...] conseguir fazer uma gestão à altura desses desejos e não vir como uma gestora que já vai apresentar mil projetos, mil ideias. [...].

O Decreto da instituição [é publicado] em abril de 2017, [...] a primeira composição do Comitê Gestor em maio de 2017 [...] Em 2017 são as Ações Participativas, a gente fala que para abrir as portas para as juventudes, a ativação começa com as palavras-chave: acessível, desburocratizado, democrático, simples, prioritariamente sociedade civil, transparente e formação de equipe mínima.

Com os encaminhamentos iniciais realizados, passa-se à construção das diretrizes norteadoras do CRJ durante as Ações Participativas de 2017, organizadas pelo CGCRJ. São três etapas presenciais: Cola, Desembola e Mostra CRJ. As ações reuniram cerca de 350 pessoas, na maioria jovens entre 16 e 25 anos, pretos, periféricos e estudantes do Ensino Médio, que discutiram ações e projetos a partir de seis eixos: “Arte e Cultura”, “Trabalho e Renda”, “Educação Social”, “Qualidade de Vida”, “Direitos Humanos e Diversidade” e “Redes, Parcerias e Modelo de Gestão”. Os debates resultaram em 21 projetos que abarcam os eixos a partir de ações em rede, por meio de parcerias, com o objetivo de realizar formações, fomento à criação, compartilhamento de ideias, intercâmbio entre coletivos, feiras para venda de produtos, dentre outros.

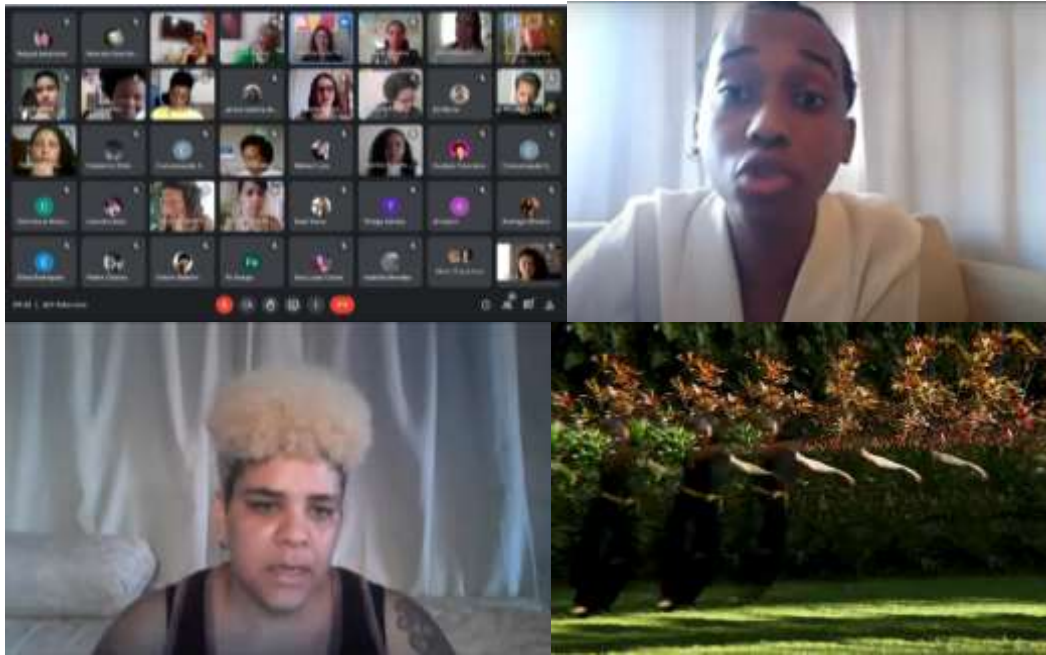
Figura 3 – Seminário Cola, Desembola e Mostra CRJ, 2017



Fonte: Facebook CRJ

Para proporcionar uma revisão dos eixos, diretrizes e projetos elaborados durante as Ações Participativas de 2017, foram realizadas as Ações Participativas de 2021/2022. Organizadas remotamente pelo CGCRJ em 2021, a primeira fase contou com o Seminário *Online* Juventudes e o CRJ. Construído de forma colaborativa, realizou debates sobre a precarização da condição juvenil na pandemia, além de GTs para revisão dos eixos do projeto de intervenção do CRJ. As Ações Participativas de 2021 serão concluídas em 2022, por meio de um segundo encontro, desta vez presencial, além de uma consulta pública para ratificação das juventudes sobre as principais propostas encaminhadas.

Figura 4 – Seminário *Online* Juventudes e o CRJ, 2021



Fonte: Arquivo CRJ

Como posto anteriormente, a implementação do CGCRJ - com composição híbrida e paritária entre representantes da sociedade civil e do Estado -, somada à realização do Seminário para construção coletiva dos eixos, diretrizes e projetos a serem desenvolvidos no espaço foram, por mais de uma década, as principais demandas do movimento juvenil para o CRJ. Foram estas mesmas demandas, as principais causas dos conflitos vivenciados entre jovens e o governo local da época.

Na cronologia do CRJ, o primeiro ano de gestão foi marcado pela escuta ativa e abertura do CGCRJ e equipe técnica do CRJ às demandas surgidas a partir das realidades vivenciadas pelos diversos usuários que começaram a frequentar o espaço.

O Seminário 2017 apontou o papel do CRJ em suprir a lacuna de um espaço de acolhimento para o jovem, orientando-o nas suas conquistas mais básicas, em especial àquelas juventudes que sofrem todos os dias com a violência, discriminação, opressão e desigualdades de oportunidades. A demanda identificada foi por um CRJ com estrutura para atender, acolher, orientar, encaminhar e formar os jovens no âmbito da cidadania e dos direitos, dando a eles oportunidades de conhecerem mais sobre si mesmos, sua identidade e sua voz. O CRJ também foi percebido como um equipamento para dar apoio aos jovens na realização dos seus “corres”, seus primeiros trabalhos, sua formação escolar e complementar, e o ingresso na universidade. O CRJ configurou-se como um lugar de referência e suporte aos “rolês” que as juventudes querem realizar ou que já realizam.

Para compreender a construção da política pública de juventude no CRJ, importa a perspectiva de perceber o jovem como sujeito, munido da sua própria autonomia. Mais além, Dayrell (2003) afirma que é preciso ressaltar a enorme diversidade existente entre a juventude, que implica em compreender o jovem como sujeito de suas escolhas. Nesse sentido, é pertinente a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes.

4.2 Experiências e aprendizagens

O Comitê Gestor foi oficializado como instância consultiva, no entanto, na medida em que os representantes societários, na sua maioria jovens periféricos, pardos e pardas, negros e negras, heteronormativos e LGBTQI+, constroem um espaço colegiado comprometido com a ética e com as realidades das juventudes, as reuniões consolidam um caráter deliberativo, estimulando cada vez mais os representantes eleitos pelas juventudes a se prepararem para os debates pautados nas reuniões quinzenais do CGCRJ.

Por meio das atas do CG é possível verificar que as entidades da sociedade civil eleitas para o mandato 2017-2019 - JCONEN, Pretas Em Movimento e TUCUM - obtiveram um alto índice de frequência, 87,5% nas reuniões realizadas no período do primeiro mandato, nos anos 2017 e 2018. Já as cadeiras destinadas aos representantes governamentais, registraram presença pouco inferior, cerca de 75% dos encontros. No primeiro mandato, representantes provisórios ocuparam as duas cadeiras destinadas aos Conselhos CEJUVE e COMJUVE, bastante desarticulados àquela época. Da mesma forma, a cadeira destinada ao representante do governo estadual também foi preenchida tardiamente.

No segundo mandato, 2019-2020, três novas entidades da sociedade civil foram eleitas: União da Juventude Socialista (UJS), Academia Transliterária e Central Única de Favelas (CUFA), e se juntaram às entidades, uma representante do COMJUVE e um representante do CEJUVE, ambos os Conselhos devidamente reativados.

No período 2017-2019 os temas debatidos nas reuniões do CGCRJ foram em grande parte referidos às questões internas, como o funcionamento do equipamento e do próprio Comitê. Contudo, essa ênfase se dilui a partir de 2019 quando novas pautas, relacionadas aos projetos e ações para as juventudes, tais como Ação Direcionada ao Jovem, orçamento e *accountability* ganham maior atenção.

Como em todo processo de construção coletiva, surgem divergências e pontos de atenção referentes à compreensão das relações e às limitações entre a gestão do equipamento, representantes das entidades juvenis, representantes estatais e as juventudes na expressão da sua diversidade.

O espaço do CRJ, constituído e ocupado por uma diversidade de juventudes, vem abrigando discussões importantes como: “expectativas e limitações do espaço público/equipamento destinado às juventudes”, “identidade e pertencimento”, “ética na construção coletiva”, “autonomia, protagonismo e consciência cidadã”, “juventudes atuantes nas instâncias públicas”. Temas fundamentais para o amadurecimento da gestão e dos processos vivenciados tanto pela equipe técnica quanto pelo Comitê mas, sobretudo, debatidos com o público jovem em ações abertas, promovidas pelo CGCRJ.

Para responder à demanda juvenil no âmbito operacional, o CGCRJ opta pela elaboração própria das normas e padrões de uso do equipamento, decidindo priorizar o que seria o melhor atendimento aos jovens. Segundo um entrevistado, o deslocamento da perspectiva “uso do espaço” para “atendimento ao jovem”, não visou descuidar do patrimônio, mas sim compreender a finalidade e as consequências da aplicação da norma em um equipamento destinado à utilização de jovens. Nesse sentido, a nova gestão

cunhou algumas ideias e expressões que se tornaram referência, como “quanto menos regras, melhor”, “qualificar os não” e “trabalhar com mais transparência”. No caso de uma demanda específica, a equipe técnica precisaria estar disponível para dialogar e entender a possibilidade e a legitimidade em mudar coisas postas, sempre com critérios transparentes e dentro da perspectiva da coletividade.

Durante o segundo e o terceiro ano de atuação da nova gestão, há um forte enfoque sociopolítico e a dimensão administrativa-institucional fica em segundo plano. A gestão tem forte apelo social, oferece protagonismo aos próprios usuários da política, fortalecendo e valorizando cada vez mais os aspectos culturais e participativos, como indica um entrevistado, representante da sociedade civil:

“Inicialmente, há muitos conflitos e embates, o que é próprio da participação. Mas quando trabalhamos juntos, após um tempo, há um salto de qualidade na participação. Fomos aprendendo a qualificar a discussão e tudo que fomos construindo, nos reconstruíu. Hoje, a coerência entre o discurso e a atuação está melhor, conhecemos nossas limitações, mas vamos aprendendo a alinhar o corpo e a mente. A gestão compartilhada do CRJ tem sido uma escola de cidadania para os jovens, e para nós gestores também”.

A recente experiência de gestão do CRJ é marcada por experimentações desde suas linhas de atuação. Um dos diferenciais do CRJ está em oferecer uma programação gratuita e de qualidade para jovens de periferia, muitas vezes com auxílio de vale social e lanche para garantir mínimas condições de participação. As parcerias com universidades, grupos artísticos e organizações não governamentais acrescentam à nova gestão na perspectiva de promover ações e eventos a partir de uma curadoria colaborativa.

Atualmente, com a retomada das atividades culturais após o arrefecimento da pandemia de Covid-19, estima-se que mais de 500 jovens voltem a ocupar diariamente o CRJ. Vindos de diversos bairros periféricos da cidade e do entorno, as juventudes ocupam o espaço com seus “corres”: ensaios de dança, teatro, circo, música, performance e outras criações coletivas, reuniões, debates, seminários, grupos de estudo e de trabalho, oficinas e outras ações formativas, exposições, festivais e ações que sejam feitas por, para ou com as juventudes. Quando não há espaço nas salas e ambientes fechados, as galerias, corredores, refeitório e hall de entrada são ocupados também, caracterizando uma sobreposição de atividades que se tornou uma marca do CRJ.

A forma não burocratizada e democrática de utilização do espaço estimula e apoia o diálogo e o convívio social entre os jovens, além de fortalecer a percepção do CRJ como espaço de direito. Por ter sido construído a partir da participação das juventudes, o CRJ evoca um senso de pertencimento do seu público. Os coletivos que ocupam o espaço o veem como um lugar seguro, afetivo, acolhedor e voltado para seus interesses, fato que incentiva e fortalece o vínculo com o espaço, além de estimular que estes jovens ‘se arrisquem’ a cada vez mais sair de seus territórios e vivenciar a cidade como espaço de direito. Visto como espaço de encontros e sociabilidades, as juventudes de diversas regiões da cidade ali se conhecem e se reconhecem, fazem *networking*, desenvolvem projetos, participam de formações, se engajam em prol de causas comuns, criam ações coletivas e se apoiam.

Pensado para ser referência no atendimento às juventudes que têm suas vidas marcadas pela violência, o CRJ é, hoje, um espaço público efervescente na cidade ultrapassando o fato de ser voltado à realização de ações afirmativas. Para os principais grupos identitários que atuam hoje, com fôlego, no propósito de estruturar políticas públicas a partir de ações afirmativas, seja o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBTQIA+, há o desafio de não se reduzirem a estruturar planos e garantir

que os movimentos sociais tenham representatividade na formulação das políticas, mas também defenderem que, enquanto beneficiários das políticas, é necessário adotar enfoques de gênero, de cunho antirracista e não discriminatório nas políticas universais.

4.3 Experimentalismos no dia a dia

Em razão do CRJ ser um espaço que fomenta arte, cultura e juventudes, o desenho institucional participativo do CG não se limita à discussão formal do regimento interno. Na trilha da ideia de performatividades juvenis, os experimentalismos fazem da ocupação do espaço do CRJ - expressividades dos coletivos e dos indivíduos – e são referências para decisões da própria gestão compartilhada.

Da mesma forma, entendendo-se que as práticas mobilizatórias, o ativismo, a contestação e a resistência política são relevantes nos processos democráticos (FUNG, 2002), destaca-se que essas práticas estão na origem do CRJ e do CG. Um representante de entidade eleita compartilha uma estratégia de atuação junto aos jovens LGBTQIA+:

A [Academia] Transliterária ocupa [o CRJ]. O coletivo tem catorze pessoas, sempre tem gente querendo entrar, participar das nossas atividades, das ações, das *performances*. Então, a gente abriu um projeto que é tipo um atelier criativo, é aberto pra quem quiser participar. [O projeto] começou a acontecer, aí veio a pandemia. A gente estava com a ideia de fazer um slam voltado para pessoas trans. Era um projeto de escuta e de criação coletiva, voltado para o público LGBT [...]. A gente pretende retomar [...] é um projeto sobre como ocupar esses espaços que muitas vezes não são ocupados pelo público LGBT.

O experimentalismo da participação tem como objetivo diversificar as iniciativas que emergem da sociedade civil, contribuindo para o fortalecimento do tecido social, do exercício da cidadania e da superação dos conflitos existentes entre Estado e sociedade (GOHN, 2001). Algumas iniciativas do CGCRJ vão de encontro a estas demandas de fortalecimento, conforme relata um membro do poder público a respeito das performatividades juvenis e sua incidência no meio cultural:

[Proporciona] a ocupação da cidade, simbólica e espacial. O CRJ, até antes da pandemia, [...] reinventou o centro da cidade, o Baixo Centro. Existe um Baixo Centro antes e depois do CRJ. Se você conversar com qualquer jovem ocupante do CRJ, [...] você entende que esse espaço passa a ser procurado, selado e legitimado como o espaço da juventude negra e periférica. [...] É o espaço da diversidade. Pensar [...] que o centro da cidade, que os corpos que ocupam Belo Horizonte, [...] a cena cultural, a cena urbana, são modificados porque o CRJ existe. Não tem como dizer que um espaço que recebe doze mil pessoas por mês, não transforma o seu entorno.

As ações estratégicas [do CRJ] vão tratar de uma temática específica, por exemplo [...] ocorreu uma prisão de um jovem debaixo do viaduto [Santa Tereza]. A partir dessa prisão, a gente [CGCRJ e equipe técnica] cria o [projeto] Pautas Silenciadas, ou seja, a ação nasce a partir de um acontecimento que reverberou dentro do CRJ e, por isso, gera rodas de conversas.

Na perspectiva de ampliação das formas de participação, o CRJ vem instituindo, à título de experimentalismo, comissões organizadoras comprometidas com uma ação ou projeto. A proposta é ampliar a participação direta das juventudes no equipamento, conforme relata um representante do poder público:

A gente tem [elaborado] o projeto Agora CRJ ou Ágora CRJ, que seriam, na verdade, as instâncias participativas, a ampliação das formas de participação porque não pode ficar tudo na mão do CGCRJ. A ideia é ampliar. Quais são as possibilidades de

participação no CRJ, de diálogo. A gente vai ter o seminário [presencial] esse ano, a gente vai ter uma consulta pública, que é um outro formato. [...] O Agora é a ideia de desafogar o Comitê, e ampliar. As comissões funcionam. Vamos melhorá-las? Vamos organizá-las? Dar [...] subsídio? Lanche, alimentação? A gente tem que pensar outras estratégias de participação. Por exemplo, [...] queremos entender por que que o jovem que ia no CRJ não vai mais? [...] Ele está trabalhando? A passagem tá muito cara? A gente tem o telefone desses jovens. O desejo é ampliar as formas de participação, inclusive as digitais, no *Instagram*, enquetes, caixinha de perguntas, pesquinhos [...] O CGCRJ dá conta? Não dá e nunca deu. Ele é o aliado da gestão pra conseguir fazer a gestão que o CRJ exige. Gerir o CRJ é impossível sem o Comitê, é o maior aliado que orienta o CRJ para conseguir fazer uma política pública de fato. Mas, [...] todo esse peso, é muita coisa. A próxima gestão [do CGCRJ] pode ter jovens que não vão poder estar tão empenhados. E aí? Quais são as outras estratégias de participação? Não acho que [o formato] do Comitê hoje, [sozinho] dá conta. Vamos potencializar [as estratégias de participação que existem] e criar outras.

Os experimentalismos participativos e ligados às performatividades juvenis periféricas apontam para uma perspectiva que desestabiliza visões e narrativas de que as culturas periféricas são um tipo menor de manifestação cultural, e, por essa razão, estariam impossibilitadas de estar no centro da cidade ou no centro das atenções.

Na linha proposta por Pais (1992), o atendimento no CRJ é realizado, prioritariamente, a partir da observação das trajetórias percorrida pelas juventudes, especialmente aquelas que vivem nos territórios de exclusão e de violência. Sendo assim, o simples exercício de lançar um outro olhar governamental, societário e midiático para a manifestação cultural periférica é um ponto que salta aos olhos de quem frequenta o CRJ. Fazer do único equipamento público das juventudes um espaço de fomento às manifestações culturais de todos os cantos da cidade é um impulsionador do protagonismo de jovens pretos, periféricos, LGBTQIA+, de seus corpos, expressões, ideias e ideais, não é algo trivial.

Durante as entrevistas a palavra “aprendizado” foi repetida exaustivamente. Como posto por uma das entrevistadas, representante do poder público: “o aprendizado tem sido para todos nós, estamos juntos. A chave é a manutenção do diálogo”.

5. Considerações finais

“Desenhar políticas de juventude é desenhar *mapas de futuro*. Mas não valeria a pena desenhá-los se não houvesse viajantes para os percorrer. Que sentido podem os jovens dar à política se se sentem fora dela?” (PAIS, 2005)

Percorreu-se a trajetória de quase duas décadas desde a tematização e construção de propostas das juventudes e outros atores societários que demandam a construção de um Centro de Referência da Juventude em Belo Horizonte até sua implantação e funcionamento, apontando para linhas programáticas e práticas que se configuram neste espaço, a partir de processos participativos, buscando abordar os processos de inovação.

Na linha delineada por Andion et al (2017, p.381) os processos de inovação social inscrevem-se em “trajetórias longas de configuração de problemas públicos”, considerando, também, que a inovação é engendrada a partir de “campos de experiência sobre situações problemáticas”, no caso em foco, das juventudes na cidade.

O argumento analítico subjacente à abordagem efetuada aponta para a conexão entre inovação social e inovação institucional, assumindo, assim, que processos de inovação social irrigam e impulsionam mudanças e inovações institucionais de cunho democratizante.

Em que pese o referido argumento que enfatiza o protagonismo societário, cabe também observar o papel de atores institucionais na construção e/ou materialização de avanços institucionais. Atores do Legislativo Municipal, Ministério Público e gestores da Prefeitura em momentos distintos tiveram e/ou têm atuações relevantes nesses processos, no último caso, em especial, na consolidação de um arcabouço de governança democrática – cooperativa, deliberativa e experimentalista.

Como se mostrou, movimentos e coletivos juvenis, ao lado de outros atores societários atuantes nesse campo se mobilizam, expressam-se alinhando arte e ativismo, tematizam e discutem seus problemas, constroem e compartilham significados e pautas em diversos espaços no âmbito da sociedade civil, bem como no contexto de instituições participativas, como as Conferências Municipais de Juventude e os Conselhos que canalizam demandas e propostas.

As diversas formas de ação coletiva desembocam na construção e instalação do CRJ. Destaca-se a ocupação do espaço ainda não ativado do CRJ pelas juventudes em 2016, que por meio dessa ação coletiva alcançaram a criação do Comitê Gestor, com um desenho institucional participativo, com representações societárias das juventudes.

Mais além, a lógica aberta do CRJ e do CGCRJ na trilha de inovações sociais das juventudes, encampam-se e engendram-se performatividades e experimentalismos participativos que entrelaçam arte, cultura e política, podendo ser considerados como inovações institucionais, sob as chaves da democratização e da inclusão social, desenhando *mapas de futuro*.

6. Referências

- ANDION, C; MAGALHÃES, T. G. (Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. *Sociedade e Estado*, v. 36, p. 513-543, 2021.
- ANDION, C. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública* [online]. 2020, v. 54, n. 4 [Acessado 22 Abril 2022], pp. 936-951. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200199>>
- ANDION, C; et al. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *RAP. Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 51, p. 369-387, 2017.
- AVRITZER, L. A crise da democracia como um processo de desdemocratização: reflexões sobre os casos latino-americanos. In: CARVALHO, P; AVRITZER, L.(org) *Crises na democracia: legitimidade, participação e inclusão*. Belo Horizonte: Prodep, Arraes, 2021.
- _____. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016
- _____. *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOHMAN, J. Realizing deliberative democracy as a mode of inquiry: pragmatism, social facts, and normative theory. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 23-43, 2004.
- COHEN, J; ARATO, A *Civil Society and Political Theory*, Mit Press, Cambridge, 1992
- DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: ____ (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.279-303
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003
- DRYZEK, J. Pragmatism and democracy: in search of deliberative publics. *Journal of Speculative Philosophy*, v. 18, n. 1, p. 72-79, 2004.

- ELSTUB, S.; ESCOBAR, O. Defining and typologising democratic innovations. In _____(Ed.), *Handbook of Democratic Innovation and Governance* (pp. 11–31). Edward Elgar Publishing, 2019.
- FUNG, A. Recipes for public spheres: Eight institutional design choices and their consequences. *The Journal of Political Philosophy*. n.11, p. 338-367, 2003.
- _____. Democratic theory and political science: A pragmatic method of constructive engagement. *The American Political Science Review*, v.101, n. 3), 443-458, 2007.
- _____. Continuous Institutional Innovation and the Pragmatic Conception of Democracy, *Polity*, v. 44, n 4, 609-624, 2012.
- FUNG, A; COHEN, J. Democracia Radical. *Política e Sociedade*, v.6, n.11, 2007, p.221-237.
- FUNG, A; WRIGHT, E. O. Deepening democracy: innovations in empowered participatory governance. *Politics & Society*, v. 29, n. 1, 5-41, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. Cortez Editora, São Paulo, 2001.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre factilidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre factilidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HAUPTMANN, E. Can Less Be More? Leftist Deliberative Democrats' Critique of Participatory Democracy. *Polity*, v. 33, n. 3, pp. 397–421, 2001.
- HENDRICKS, C. M Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. *Political Studies*, v. 54, n. 3, p. 486–508, 2006.
- MAGALHÃES, B.D. et al. Desconstruções e resistências democráticas: o caso da institucionalização legal dos Sistema Nacional de Participação Social. In. CARVALHO, P; AVRITZER, L.(org) *Crises na democracia: legitimidade, participação e inclusão*. Belo Horizonte: Prodep, Arraes Editores, 2021.
- MENDONÇA, R.F. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. *Sociedade e Estado* [online]. 2016, v. 31, n. 03 [Acessado 21Abril2022], pp. 741-768. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016.00030009>>.
- OLIVEIRA, I. *Uma 'Praia' nas alterosas, uma 'antena parabólica' ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação/UFGM, Belo Horizonte, 2012.
- PAIS, J. Jovem e Cidadania., *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 49, 2005.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- _____. Participatory Democracy Revisited. *Perspectives on Politics*, vol. 10, no. 1, 2012, pp. 7–19.
- POGREBINSCHI, T. Democracia pragmática: pressupostos de uma teoria normativa empiricamente orientada. *Dados* [online]. 2010, v. 53, n. 3 [Acessado 21Abril 2022], p.657-693. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300005>>.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Centro de Referência das Juventudes. 2022.< <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/sudc/equipamentos/crj>> Acesso em 20 abr. 2022.
- SANTOS, B. S e AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In. SANTOS, B.S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.39-83.
- TATAGIBA, L, PATERNIANI, S. Z., & TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião Pública*, 18(2), 399-426, 2012.